

-----**ACTA N.º 14/2010**-----

-----Aos dois dias do mês de Junho de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:---

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltou o Senhor Presidente da Câmara, por se encontrar em gozo de férias. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, coadjuvada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 12/05/2010 E 19/05/2010**-----

-----Foi presente a acta número doze, da reunião ordinária do Executivo de doze de Maio de dois mil e dez, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----Foi presente a acta número treze, da reunião ordinária do Executivo, de dezanove de Maio de dois mil e dez, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros para rectificação e posterior aprovação. --

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que tinha remetido um ofício da ADCC a solicitar uma viatura para o transporte de crianças, para efectuarem uma visita ao parque temático Bracalândia e como até à data não teve ainda qualquer resposta, gostaria de saber se o seu pedido foi deferido. -----

-----Sobre este assunto, o Senhor **Vice-Presidente** informou que a autarquia tem recebido muitos pedidos de transporte, irá entrar em contacto com o Chefe do Parque de Viaturas para saber se é possível disponibilizar um veículo, para esse fim, sendo posteriormente comunicado à ADCC. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que nesta época do ano tem havido muitas solicitações e mesmo recorrendo a entidades externas é muito difícil responder a todos os pedidos. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor** disse que não poderia estar presente na próxima reunião de Câmara, porque tinha agendado para o mesmo dia um passeio com os seus alunos, ao qual não poderia faltar, porque estava planificado desde o início do ano lectivo. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência imediata sobre outros assuntos, foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL;** -----
-----**PROTOCOLO DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO;** ---
-----**RATIFICAÇÃO DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA;** -----
-----**APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 34.º E 45.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE MERCADOS E FEIRAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA;**-----
-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO – Augusto Silva Costa;** -----
-----**EMPREITADA – “PARQUE INDUSTRIAL DE CELORICO DA BEIRA” – APROVAÇÃO DO PROJECTO – RATIFICAÇÃO.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE MINUTA DE PROTOCOLO - PROJECTO ECOSALDO**-----

-----Foi presente informação técnica do Gabinete em referência, datado de vinte e cinco de Maio do corrente ano, referindo que no seguimento da reunião realizada no dia 4 de Maio, no CISE em Seia foi acordado com as entidades presentes: Município de Celorico da Beira, QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza e ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade o envio da minuta de protocolo a celebrar entre as partes, visando o estudo de uma área natural de grande interesse ambiental, do parque natural da Serra da Estrela e na área individual de cada um dos municípios aderentes ao projecto. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** propôs que este assunto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, para ser presente a uma próxima reunião, uma

vez que, o mesmo tinha sido tratado pelo Senhor Presidente da Câmara, que por se encontrar de férias, não poderá fazer a apresentação da presente proposta. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----II - **GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO** -----

-----**ASSUNTO: ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Apoio ao Executivo, datada de 20 de Maio do corrente, que fica apensa a esta acta (**anexo I**), referindo que foi recepcionada neste município a circular n.º 13/2010 proveniente da ANMP com o propósito de convidar os municípios a aderirem à Rede de Autoridades Locais Europeias em prol da mitigação das alterações climáticas, em que a ANMP passou a ser a “Estrutura de Apoio” nacional para o Pacto dos Autarcas que consiste num “compromisso assumido pelas cidades e pelos municípios signatários para ultrapassarem as metas traçadas pela política da **redução das emissões de CO2 através de um aumento de eficiência energética de uma produção e utilização mais limpa de energia**”. -----

-----Este pacto permite a **partilha de acesso** a um conjunto alargado de **boas práticas na preparação, adopção e implementação de Planos de Acção de Energia sustentável**. -----

-----Os signatários do Pacto comprometem-se a apresentar os **planos de acção** para a energia sustentável (PAES) **no prazo de um ano**, após a sua adesão, devendo indicar o modo como pretendem alcançar os seus objectivos de **redução de CO2 até 2020**. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aderir à rede de Autoridades Locais Europeias, em prol da mitigação das alterações climáticas. -----

-----**III - ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO
(ARH CENTRO)**-----

-----**ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE DEFESA**-----

-----Foi presente ofício n.º OF5790-2010/JUR, de 25 de Maio do corrente, referindo que nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 49.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, bem como, do teor dos documentos, que se apensam a esta acta (**anexo II**), vem notificar o Senhor Presidente da Câmara acusado da prática dos factos constantes do auto de notícia e como tal tendo infringido o disposto no art.º 81.º, n.º 3, u), do D.L. n.º 226-A/07 de 31 de Maio, que diz que “Rejeição de águas degradadas directamente para o sistema de disposição de águas residuais, para a água ou para o solo, sem qualquer tipo de mecanismos que assegurem a depuração destas” constituem contra-ordenação punível com coima variável entre **38.500€ a 70.000€ (no caso de negligência) e de 200.000€ a 2.500.000€ (nos casos de dolo)**, nos termos do n.º 22, n.º 4, da Lei 50/2006, de 29 de Agosto com redacção dada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto, sendo o sentido provável, o da sua condenação no pagamento de uma coima. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vice-Presidente** disse que lamenta o que se passou, porque na sua opinião o Dr. Victor Santos deveria ter conduzido este assunto de outra forma, uma vez que tinha um contacto privilegiado com o Senhor Presidente da Câmara, dado ser Vereador do Executivo, actualmente, com mandato suspenso.-----

-----Continuou dizendo que não foi esse o entendimento do Dr. Victor Santos e ao invés de falar com o Executivo, optou por contactar as entidades competentes e apresentar queixa, tendo inclusive enfatizado a sua condição de Vereador, acto que resulta numa coima para a autarquia no valor de 38 500€. -----

-----Esclareceu que, assim que, o Senhor Presidente teve conhecimento do que se estava a passar, mandou, de imediato, que os serviços se deslocassem ao local, para que verificassem a ocorrência, tendo sido informado que se tratava de uma avaria e que prontamente tinha sido solucionada. -----

-----No entanto, o Dr. Victor Santos manteve a queixa, prejudicando o Município, bem como, o Executivo Municipal que faz uma gestão criteriosa dos seus bens.-----

-----Disse que, com esta atitude o Senhor Vereador, com mandato suspenso, não defendeu os interesses do Município, como sempre apregoeou, nas suas intervenções, enquanto Vereador deste Executivo e está a negar os princípios que sempre defendeu. -----

-----Por último, disse que não poderia deixar de manifestar o seu total desagrado e pretendeu que o mesmo ficasse registado em acta, porque as pessoas têm que ser responsáveis pelas atitudes que tomam, em especial quando ocupam cargos públicos.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que: “condena politicamente a atitude do Senhor Vereador, com o mandato suspenso, pois a sua conduta não é digna de um eleito para o mandato de Vereador, uma vez que poderia muito bem evitar o enorme prejuízo financeiro, que a sua atitude pode acarretar para os cofres da Câmara Municipal”. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** concorda com as posições tomadas pelo Senhor Vice-Presidente e Senhor Vereador Júlio Santos. Lamenta que o Senhor Vereador, com mandato suspenso, tenha tido esta atitude. Disse que o Dr. Victor Santos era conhecedor das dificuldades que o Município atravessa relativamente à questão do saneamento, bem como do esforço que este Executivo tem levado a cabo para solucionar esta questão. -----

-----Reiterou que, de facto, o Dr. Victor Santos enquanto eleito local, não deveria ter tomada tal atitude, porque, embora se encontre em suspensão de mandato, na altura em que apresentou queixa, era Vereador desta Autarquia e não é este o papel que se espera de um Vereador, porque contrariamente ao que sempre defendeu está a prejudicar o Município e o Executivo do qual fazia parte. Mais grave ainda, quando apresentou queixa, fez questão de enfatizar que era Vereador do Município, usando o cargo para resolver uma situação particular. -----

-----O Senhor Vereador disse que o executivo vai contestar este assunto, contrapondo e apresentando defesa.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor** lamenta que esta Câmara seja condenada a pagar uma coima tão elevada. Disse, que não podia responder pela atitude tomada pelo Senhor Vereador Victor Santos, porque segundo o que ele já tinha comentado, alertou por várias vezes o Executivo para este problema em reuniões de Câmara (conforme consta na acta da reunião de câmara do dia 11/01/2010). A Senhora Vereadora deseja que a questão seja resolvida de forma que a Câmara não seja muito penalizada.--

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**IV - TESOURARIA MUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: ANULAÇÃO DOS RECIBOS DE ÁGUA**-----

-----Foi presente informação da Tesouraria Municipal, constando também dessa informação, a listagem dos munícipes com a referida dívida de água, datada de vinte e sete de Maio do corrente, referindo que se encontram debitados à Tesouraria 383 recibos de água no valor de 3 816,40€, que não foram pagos dentro do prazo e, que se referem aos meses de Setembro/2003 a 31 de Dezembro/2007, solicitando que em reunião de executivo deliberem a sua anulação. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a informação apresentada está incompleta. Disse que há nomes de municípios repetidos, não se sabe se essas pessoas ainda residem ou não, no concelho e, se as empresas que constam da listagem continuam a laborar ou se já faliram. Na sua opinião deveria ser elaborado um documento com um resumo histórico de cada utente. Solicitou ao Executivo que este documento seja devolvido para estudo, por parte dos serviços competentes e ser presente a uma próxima reunião, para que se proceda à anulação dos recibos com critérios definidos.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que relativamente ao documento acha que é detentor de falhas e deve ser reformulado. Disse ainda que este Executivo demonstrou inércia quanto ao tratamento que deu a este assunto. Referiu que nesta Câmara existe um Gabinete de Acção Social para dar resposta aos problemas de cariz social e só esses devem ser entendidos como tal. O Senhor Vereador propõe ao Executivo que proceda de imediato ao corte dos contadores das pessoas que estejam em falta há muito tempo. Relativamente aos que têm dívidas em atraso há mais de três meses, o Senhor Vereador propõe ainda que se façam todas as “demarches” para que os infractores sejam obrigados a pagar os valores em dívida, acrescidos de juros. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que não considera que haja inércia por parte dos serviços. Quanto ao Gabinete de Acção Social nada tem a ver com estas situações. Referiu que o documento está incompleto e o que falta é definir bem a situação de cada utente. O que pretende é que seja feito um levantamento do historial de cada município que faz parte da listagem, pois podem constar dessa lista, consumidores que já não tenham contadores. Por isso, propõe que o documento venha a uma próxima reunião, com a informação necessária de cada munícipe, para se proceder à correcta anulação dos recibos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que os processos referentes ao Gabinete de Apoio Social têm um tratamento diferenciado, porque dizem respeito a pessoas carenciadas. Quanto aos cortes da água, a Autarquia já tinha dado ordem, à Secção de Águas para que fossem efectuados de imediato, mas se por algum motivo o não fizeram, os serviços técnicos terão que responder por isso. Além disso, porque são serviços certificados têm que cumprir objectivos, que passam por boas práticas de gestão. Disse ainda que, para poderem anular os recibos de água, necessitam de fundamentação que não consta no documento apresentado, pelo que o mesmo deverá ser correctamente instruído, com os elementos em falta, para que o Executivo possa deliberar e proceder à correcta e eficaz anulação dos recibos que estão em tesouraria. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja elaborado o historial de cada caso, passando a consistir da informação a totalidade da dívida de cada um dos munícipes, os meses a que essa dívida se refere e também as causas que deram origem a estes débitos. Este assunto virá a uma próxima reunião de Câmara, para poder ser analisado.**-----

-----**ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL**-----

-----Foi presente informação interna dos serviços de Parque e Viaturas, dando conhecimento que, aquando da permanência dos militares nesta Vila integrados na missão militar “Dragão 10” foram prestados serviços a esta autarquia pelas máquinas militares, na remoção do entulho no campo de futebol, tendo esta Câmara Municipal contribuído com o combustível para as mesmas no valor de 839,30€, o equivalente a 700 litros de gasóleo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que agradecia que lhe fosse facultado um relatório dos serviços prestados pelos militares, quais as vantagens e desvantagens que esses serviços trouxeram para o concelho de Celorico da Beira.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor** solicitou também um relatório dos serviços prestados a este Município, pelos militares integrados no exercício militar “Dragão 10”.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**PROTOCOLO DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Técnico Florestal datado de vinte e cinco de Maio do corrente, que se apensa a esta acta (**anexo III**), referindo que foi apresentado pela Associação Distrital dos Agricultores da Guarda o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho para os formandos do curso EFA – B3 “Jardinagem e Espaços Verdes” a decorrer na Junta de Freguesia de Açores.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho para os formandos do curso EFA – B3 “Jardinagem e Espaços Verdes” a decorrer na Junta de Freguesia de Açores.**-----

-----**RATIFICAÇÃO DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA**-----

-----Sobre o assunto em tópico, foi submetido à reunião do Executivo para ratificação, a escritura pública de compra e venda do prédio rústico inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de São Pedro, sob o artigo 948.º, pelo preço de 3.315,00€, prédio que tem como finalidade a Musealização e Valorização do Património Histórico e Arqueológico do Concelho de Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a escritura pública de compra e venda do prédio rústico, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de São Pedro, sob o artigo 948.º, pelo preço de 3.315,00€, prédio que tem como finalidade a Musealização e Valorização do Património Histórico e Arqueológico do Concelho de Celorico da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 34.º E 45.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE MERCADOS E FEIRAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Taxas e Licenças, referindo que o prazo de discussão pública para a alteração do Regulamento acima mencionado, havia terminado e não tendo sido apresentado qualquer sugestão ou reclamação por parte dos munícipes, vem propor que o mesmo seja submetido a reunião do Executivo para aprovação, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como, remeter a aprovação Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2, do artigo 53.º da mesma Lei.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Mercados e Feiras do Município de Celorico da Beira – Artigos 34.º e 45.º e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção.**-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO - Augusto Silva Costa**-----

-----Foi presente requerimento n.º 351, datado de 1/06/2010, em nome de Augusto da Silva Costa, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Chão do Outeiro, freguesia de Vide-Entre-Vinhas, inscrito sob o artigo matricial n.º 387, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1985. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**EMPREITADA - "PARQUE INDUSTRIAL DE CELORICO DA BEIRA" - APROVAÇÃO DO PROJECTO-RATIFICAÇÃO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 28/05/2010, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação técnica, referente ao projecto supramencionado. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que esta é a 2.^a fase do Parque Empresarial e Industrial e que este terreno já foi pago ao seu

proprietário no ano de 2006. No tempo em que presidia esta Autarquia o Senhor Eng.º Faria de Almeida foi feito uma 1.ª fase que fixou uma indústria, a Mey Têxteis. Referiu que, hoje em dia, tem havido muita procura para os dez lotes que ainda existem no Parque. Este Parque empresarial é hoje uma área estratégica e muito procurada por investidores e empreendedores, por se encontrar num local privilegiado, com boas acessibilidades, facilitador do escoamento dos produtos. -----

-----Disse que a construção do IP2 que faz a ligação entre o nosso concelho e o concelho vizinho tem um ramal de acesso a Celorico Gare, que irá beneficiar este Parque Industrial.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que na sua opinião, não era prioritário o avanço desta obra em termos daquilo que é a realidade, relativamente aos superiores interesses do Concelho, nesta área. Note-se que em primeiro lugar o actual Parque Industrial de Celorico Gare tem pouco mais de metade dos lotes edificadas, e não representa quase nada em termos de atracção de empresários para o concelho. Disse que torna-se urgente avançar de imediato com um verdadeiro Parque Industrial, já aprovado em PU e PDM na freguesia de Casas de Soeiro com a área de 50 hectares e visibilidade notória para a A25. Ademais, o avanço imediato dessa obra até potencia a resolução de outros problemas na área do concelho, mormente a resolução do problema do “Bairro dos Alemães” e a construção de uma ETAR no Parque Industrial.-----

-----Em conclusão, vota a favor o início da 2.ª fase da obra, mas não deve o Executivo deixar de atender, a que o verdadeiro Parque Industrial de Celorico da Beira deve ficar na área da A25. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que, na sua opinião, era prioritário investir-se na remodelação do Parque Industrial de Celorico Gare, dada a sua situação geográfica, de forma a dar resposta às solicitações dos empresários que pretendem fixar-se nesta infra-estrutura. -----

-----Contudo, Celorico da Beira pela posição geoestratégica que ocupa, tem que, obrigatoriamente oferecer aos empresários e industriais, que procuram este Concelho para fixarem as suas unidades empresarias, outra alternativa e o Executivo está atento a esta situação, exemplo disso é o arranque da obra já em 2011, do Parque Empresarial/Industrial, junto à A25.-- -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que os comentários que o Senhor Vereador Júlio Santos fez são indicadores de falta de atenção, porque nas GOP's constam os valores a despende pela autarquia na construção do Parque Industrial da A25. Disse ainda que a área referida pelo Senhor Vereador Júlio Santos de 50 hectares, na sua maioria constituída por pedras, onde nada se pode edificar, restando para a autarquia cerca de 15% de terreno edificável, porque todo o outro pertence a uma Fundação que não está reconhecida pela tutela. O Senhor Vereador disse ainda que o Parque Industrial/Empresarial de Celorico, junto à A25 é uma realidade e os financiamentos já estão garantidos. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pronunciou-se em defesa da honra dizendo que: “não ofendeu quem quer que fosse. As declarações proferidas pelo Senhor Vereador António Silva apenas o implicaram a ele próprio e se algo tiver a reclamar bem sabe quais os locais próprios onde terá de o fazer.”-----

-----O Senhor Vereador requereu ainda cópia da escritura, da parcela onde vai ser implementada a Estação Elevatória, bem como a 2.ª fase do Parque Industrial. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 28/05/2010, relativo ao projecto supramencionado.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Esteve presente o Senhor Luís Gonzaga Pinto, que começou por cumprimentar todo o Executivo e deu conhecimento que no ano 2000/2001, devido à grande pluviosidade que se verificou nessa época do ano, rebentou a conduta principal dos esgotos municipais, tendo havido a acumulação de água na sua propriedade rústica, destruindo vários muros, uma casa, arrastando árvores, pedras, e arrasando também um tanque.-----

-----Disse que tinha dado conhecimento ao Sr. Presidente, da altura, Dr. Júlio Santos que se prontificou a reparar os danos havidos, mas entretanto foi afastado da Presidência desta Autarquia e substituído pelo Sr. Eng.º Caetano que ao ter conhecimento do sucedido, procedeu a um acordo, entre as partes, (Luís Gonzaga e esposa Maria José) e (o Município de Celorico da Beira) comprometendo-se os primeiros outorgantes mediante escritura pública de compra e venda celebrada a 28/04/2005, a doarem a área de 1.390m², do seu prédio rústico sito na Lavandeira, doação essa que se destinava a que o Município de Celorico da Beira efectuasse a ligação entre a Rua do Picoto e a Rua do Matadouro. -----

-----No prédio descrito e devido às enxurradas que ocorreram nesse ano, que vieram agravar os efeitos das obras de saneamento efectuadas pela Câmara Municipal de Celorico da Beira, o muro de vedação, bem como os muros de suporte dos arretos, do mesmo, desmoronaram. -----

-----Outro dos pontos do acordo referia que o Município comprometia-se a efectuar as reparações dos danos nos muros de vedação, a fim de cumprirem a obrigação a que estavam sujeitos.-----

-----Disse que já no anterior mandato houve a promessa de que a obra seria efectuada, mas foi-lhe dito que, como presentemente esta Câmara se debate com problemas financeiros, esse trabalho não poderia ser feito. Referiu que já há dez anos que aguarda por essas obras e até ao presente

ainda nada foi feito. Solicita que lhe seja resolvido o problema, pois, inclusive esta situação já lhe trouxe dissabores com um dos vizinhos. -----

-----O Sr. Luís referiu ainda que já tinha solicitado ao Sr. Presidente para que fosse alargado o caminho público de acesso à sua propriedade porque não tem largura suficiente para poder passar um carro. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que já se deslocou ao local com o Sr. Luís e de facto se o acordo que foi feito não era para ser cumprido, não deveria ter sido assinado e que o Sr. Luís deveria ter exigido o seu cumprimento ao autarca que o formulou e assinou. Mas, infelizmente à imagem de muitas outros este foi mais um problema que este Executivo herdou e que se vê agora obrigado a resolver. -----

-----Disse ao Sr. Luís que o caminho irá ser intervencionado, bem como o encaminhamento das águas, relativamente ao muro disse que não pode prometer nada, porque é uma obra muito dispendiosa e a autarquia, neste momento, financeiramente, não poderá fazer este esforço, mas tudo farão para minimizar os prejuízos causados na propriedade do Sr. Luís Gonzaga. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que há cinco anos que foi celebrado o acordo, parece-lhe tempo a mais para o cumprir. Existem dois problemas, um dos quais resultou da enxurrada e que originou o derrubamento de árvores, da casa, dos muros, entre outros estragos já referidos, cuja Câmara tomou a iniciativa de reedificar. O outro a que o Sr. Luís se refere, sobre o alargamento do caminho, na sua opinião, acha que o mesmo deve ser intervencionado por tratar-se de uma via que serve de passagem às propriedades rurais existentes. Quanto ao acordo que foi estabelecido entre a Câmara e o munícipe aqui presente, tal como disse anteriormente, terá que ser cumprido. -----

-----Por fim, disse que caso a situação não seja solucionada irá, enquanto Vereador, expô-la por escrito à Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Vice Presidente** disse que concorda com o que foi dito pelo Senhor Vereador Júlio Santos, que efectivamente “há cinco anos que foi celebrado o acordo e parece-lhe tempo a mais para o cumprir”, mas lembrou que o problema persiste desde 2000/2001, altura em que o Senhor Vereador do Majusp era Presidente da Câmara e, apesar do que prometeu nada foi feito para resolver o assunto. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram doze horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----